

A preeminência da escrita na cultura ocidental

Quando os israelitas estavam reunidos ao pé do Monte Sinai, a fim de firmar a solene Aliança com D'us, desceu de repente do céu, ficando miraculosamente suspenso sobre suas cabeças, uma aparição do Livro e, ao lado dela, uma da Espada. 'Escolham!', ordenou a Voz Celestial. 'Podem ter uma coisa ou outra, mas não as duas (o Livro ou a Espada). Se escolherem o livro, devem renunciar à Espada. Se escolherem a Espada, então o Livro perecerá'. O autor rabínico desse episódio do Talmud⁴ concluía então, exultante, que os israelitas tomaram uma decisão memorável na história da humanidade: escolheram o Livro! Em seguida, Deus disse a Israel: 'Se respeitarem o que está escrito no Livro, serão preservados da Espada, mas se não o respeitarem, a Espada os destruirá!' (Glasman, 2001).

O livro tal como o concebemos hoje – isto é, o livro tipográfico – foi fabricado pela primeira vez há aproximadamente 500 anos. É dono de uma história recente, se comparamos à história dos registros escritos. O livro, objeto que nascia nas tipografias européias, para muitos teóricos, foi *um dos*, senão *o*, primeiro bem industrial originado na Europa, em uma prévia do período histórico que posteriormente levaria o nome de a Revolução Industrial. Da tipografia do alemão João Gutenberg saíria o primeiro livro moderno, impresso; até hoje esse ourives é reconhecido como o inventor dos tipos móveis e o responsável pela criação do que viria a ser um dos mais importantes suportes da comunicação em sociedade.

Mas a experiência de impressão de um texto é apenas um dos capítulos da História da escrita. Para que os manuscritos chegassem a este período em que se tornariam produtos em escala industrial, impressos para que fossem consumidos pelas massas européias, a sua imprescindível condição foi a instituição e a prevalência da escrita como meio de armazenamento das informações e do conhecimento na Europa. Até o desenvolvimento dessa técnica, a Humanidade se

⁴ O Talmude consiste na compilação das leis, tradições, comentários e interpretações judaicas registrados pelos doutos na Babilônia e em Israel, abrangendo um período de mais de 1.000 anos (do séc. V a.C. ao V d.C.). O livro foi ultrajado, difamado e lançado às chamas inúmeras vezes na Idade Média por anti-semitas.

valia dos registros mnemônicos para a transmissão da herança cultural das civilizações. E nessa passagem oral das crenças e dos costumes de gerações para gerações muita informação acabava se perdendo; com o passar do tempo, era apagada das memórias das sociedades estritamente orais.

O teórico canadense Marshall McLuhan, em *Os meios de comunicação como expressões do homem* (1979), construiu uma teoria apoiada na idéia de que “a ‘mensagem’ de qualquer meio ou tecnologia é a mudança de escala, cadência ou padrão que esse meio ou tecnologia introduz nas coisas humanas” (p.22). Segundo a proposição mcluhaniana de “o meio é a mensagem”, se desejamos estudar o livro tipográfico e sua aura, precisamos antes entender como se deu a preeminência da escrita como técnica de armazenamento ou veículo por excelência da transmissão de informações. Porque, se o conteúdo da palavra escrita era a palavra oralizada, a fala, o conteúdo ou a mensagem que o livro – objeto concebido a partir da imprensa – transmite é a escrita como *medium*. A escrita seria, então, a mensagem que o livro tipográfico carrega consigo.

O nosso intuito, neste primeiro capítulo, é aventurar-nos no estudo da escrita como técnica sem a qual o livro tipográfico não poderia vir a ser reconhecido como um subproduto da cultura ocidental.

2.1

E surge a escrita...

Anteriormente a uma escrita como a conhecemos hoje, sobre a folha de papel ou mesmo eletrônica, com a ajuda de teclado, houve uma etapa pré-histórica desse costume, que remonta às sociedades primitivas. As inscrições e os desenhos em pedras de sítios pré-históricos da Península Ibérica – existentes da Europa às Ilhas do Pacífico – são vestígios de uma simbologia ritual presente nessas sociedades, mas também são considerados como os primeiros sinais da invenção da arte da escrita. Esta primeira tentativa de reter informações independentemente da memória cerebral foi classificada por lingüistas como escrita sintética, já que se tratava de uma escrita de idéias, que não permitia a decomposição destas em frases.

O primeiro tipo de escrita decomponível de que se teve notícia foi o cuneiforme. Seus sinais eram normalmente traçados sobre tabuletas de argila com a ajuda de um junco cortado obliquamente, que tinha a função que hoje desempenha uma caneta moderna. Esta tecnologia foi desenvolvida na região da Mesopotâmia por volta dos quarto e terceiro milênios a.C., tendo como beneficiários dessa, operacionalmente falando, complicada técnica os sumérios, os responsáveis por inaugurar o primeiro modelo de escrita analítica ou de palavras. O principal uso da escrita cuneiforme foi na contabilidade e administração, como registro de bens, marcas de propriedade, cálculos e transações comerciais.

Com o passar do tempo, os sistemas de escrita se sofisticaram e os seus usos se expandiram igualmente. Um sinal ou desenho que antes representava uma idéia era substituído por outros sinais que passariam a representar palavras. A escrita se desenvolveria mais e mais, até que os sinais não mais viriam a denotar palavras, mas sílabas, o que fez surgir as escritas silábicas. Os primeiros povos que se utilizaram da escrita silábica foram as populações sírias e mediterrâneas a partir do segundo milênio a.C.. As sílabas, unidade mínima desse sistema, mais tarde passariam a ser decompostas, agora em consoantes e vogais, para que chegássemos ao primeiro alfabeto: o fenício, surgido em meados do segundo milênio a.C.. O desenvolvimento de sistemas de escrita foram uma peculiaridade das culturas sedentárias; as populações nômades não criaram escritas, nem desenvolveram outras artes, como a arquitetura.

Foi a partir da invenção da escrita consonantal, ou alfabética, que evidenciamos a primeira grande multiplicação dos registros escritos. O alfabeto – um sistema muito mais complexo do que os precedentes na história da escrita –, este sim, viria a se tornar um dos importantes alicerces da cultura ocidental, na medida em que se baseia em um sofisticadíssimo meio para a propagação das idéias humanas.

Mas, para que o alfabeto pudesse ser amplamente empregado como meio de se registrar e guardar informações consideradas valiosas, a escrita – que passou a receber a qualidade de alfabética – teve que desenvolver-se em íntima relação com a evolução dos materiais que lhe serviram de suporte. Quando refletimos sobre o desenvolvimento das técnicas de escrita, temos que analisar simultaneamente os efeitos dos materiais utilizados para a sua concretização. Pois,

como aponta o lingüista Charles Higounet (2003, p.15), “do ponto de vista material, toda escrita é traçada sobre um suporte ou, como se diz, sobre um registro ‘material subjetivo’, com auxílio de um instrumento manejado mais ou menos habilmente por um gravador ou por um escriba”.

As primeiras escritas de que temos notícias, como as escritas sintéticas ou analíticas, eram realizadas sobre superfícies duras; eram talhadas em pedras ou gravadas em tabuletas de argila fresca, que levadas ao forno, permitiam a fixação das inscrições. Simultaneamente no Oriente, os chineses já faziam uso do bronze e do casco de tartaruga para gravar seus caracteres.

A utilização de materiais duros para registrar informações, ou mesmo para cumprir rituais em culturas que faziam uso dessa “primeira escrita”, por si só dificultava o avanço desse costume, que posteriormente se universalizaria. Para que o ato de escritura fosse realizado com menos complexidade e atingisse um número maior de pessoas, ou melhor, que estas passassem a escrever ao invés de inscrever, houve a necessidade do desenvolvimento de técnicas que fizessem opção por materiais menos duros e flexíveis.

Os materiais mais flexíveis garantiram que as escritas fossem pouco a pouco se tornando mais livres e cursivas, o que permitiu também a invenção de sistemas de escrita cada vez mais complexos. A escrita cursiva sempre dependeu de uma relação entre velocidade e legibilidade. Este modo de escrever existe desde a Roma Antiga, por volta de 55 e 56 d.C.. Mesmo tendo sido proibida pelo imperador Frederico II no século VIII pela falta de legibilidade dos escritos que se utilizavam dela, a escrita cursiva tornou possível um aceleração do processo de fabricação de um texto. Por meio dela, o calígrafo tornava seu trabalho de escritura ininterrupto.

Até o surgimento da imprensa, com o alemão Gutenberg, a escrita era realizada à mão e dependia da perícia daqueles que se apresentavam como especialistas dessa arte, a realização do trabalho árduo de manufatura do livro manuscrito. Paul Zumthor (1993) narra as dificuldades pelas quais passavam aqueles que se aventuravam em ser escritores no período medieval.

Apesar dos aperfeiçoamentos que lhe foram trazidos no curso do tempo, a técnica de escritura é difícil de demoniar e exige rara competência. Suas diversas fases são assumidas pelo mesmo homem: composição da tinta, dimensão do cálamo ou

da pena e, às vezes, preparação do suporte antes de traçar os caracteres. O material dá trabalho, ou por sua fragilidade (como a pena) ou porque exige um longo tratamento prévio (como o pergaminho) (Zumthor, 1993, p.99).

Portanto, até o século XV quando falamos em livro, sempre nos referimos ao livro manuscrito. A este artesanato era então confiada, em primeiro lugar, o artista intelectual, autor do texto. Este sempre foi e será necessário, não importando a que tipo de livro estamos nos reportando. Forçosamente, se conformamos este texto na forma de livro, ainda que nos refiramos ao período anterior à reprodutibilidade técnica da imprensa, sempre fez-se necessário escrevê-lo sobre um suporte material: o pergaminho, o papiro ou o próprio papel. Logo, um especialista na produção desses insumos também era convocado a prepará-lo. E como era produzido para um mercado consumidor – mesmo que restrito e seletivo –, um copista tratava de reproduzir cópias autorizadas do original. Além disso, iluminadores eram também personagens importantes na elaboração do livro manuscrito, uma vez que forneciam ilustrações e adornos tanto para o seu miolo⁵ quanto para a capa que o recobria.

Mas, para seu desenvolvimento, o objeto livro, assim como a escrita, não dependeu apenas de pessoas aptas a produzi-lo. O estabelecimento das medidas espaciais foi também uma etapa fundamental no aparecimento e no desenvolvimento da escrita. Na visão de Anne-Marie Christin (2004), pesquisadora do Centro de Estudos da Escrita francês, a “delimitação de uma determinada forma e eventualmente também de um volume” para o escrito, indissociáveis dele por fazerem parte da constituição desse escrito como objeto, isto é, serem seu contorno e matéria – “são carregados de sentidos eles mesmos” (p.289).

O estudo da constituição física do objeto escrito é de extrema relevância quando o assunto em questão é compreender por que se priorizou – e se valoriza até hoje – a prática da escrita entre nós. Se o suporte dessa escrita é uma tabuinha redonda na mão, a mensagem escrita pode ser lida de perto e oferece certos modos de interação com esse texto escrito. Os egípcios, por exemplo, puderam cultivar a “fala dos deuses”, porque aqueles registros hieroglíficos eram esculpidos em

⁵ Chamamos miolo todas as páginas internas de um livro, ou outro tipo de publicação, correspondendo, sem a capa.

obeliscos de pedra para sua fixação. Da mesma forma, Moisés precisou se valer desse suporte (a inscrição em pedra) para transmitir ao povo hebreu as palavras de Deus, já que naquela época os povos ainda desconheciam suportes flexíveis para a escrita. Como a pedra não era um suporte adequado a textos longos, ele só conseguiria transmitir integralmente os ensinamentos de Deus pela palavra oral, uma das razões pelas quais até hoje os judeus acreditam em uma dupla transmissão, no monte Sinai, da Palavra de Deus a Moisés: uma pela Torá⁶ escrita e outra pela Torá oral. A Torá oral seria composta de uma série de declarações, que, organizadas por assunto, explicam as leis e fundam a tradição e a história judaicas. Apesar de os judeus crerem que seu conteúdo foi transmitido no monte Sinai juntamente com a Tábuas da Lei, escritas, a Moisés, algumas de suas declarações são atribuídas a mestres e às escolas de pensamento que as elucidou e difundiu⁷.

Coincidência ou não, os judeus somente decidiriam retirar a Torá oral do domínio da tradição, isto é, escrevê-la ou fixá-la sob alguma superfície, em uma época em que suportes flexíveis como o papiro e o pergaminho já haviam sido desenvolvidos. Tomemos ainda o exemplo da tradição milenar judaica para compreender como a relação do homem com a escrita se alteraria significativamente com a passagem do texto em *volumen* (rolos) para o códex (em cadernos). Não menos do que três pessoas eram necessárias para manejar textos que se apresentavam sob a forma de rolo. Duas pessoas seguravam o rolo (cada uma ficava responsável pela abertura de um dos rolos) e a terceira lia e decodificava o texto ali gravado. Nos rituais de leitura da Torá – o livro sagrado dos judeus –, até hoje são chamados a subir às *binot* (altares) das sinagogas três membros das congregações para fazer a leitura do Livro Sagrado do judaísmo.

Os materiais utilizados como suportes da escrita se sofisticaram tanto, que hoje em dia quando estamos diante do ato de escritura de um texto (normalmente eletrônica, com o auxílio do computador), não apenas pensamos no tipo de

⁶ A Torá é a bíblia judaica. É formada pelos cinco primeiros livros do Antigo Testamento (o Pentateuco): Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio. Estes seriam os livros que conteriam a Palavra Sagrada, que teriam sido entregues diretamente de Deus a Moisés.

⁷ Desde o monte Sinai, a Torá oral foi transmitida somente pela oralidade. No entanto, após a destruição do Segundo Templo, os judeus temeram que a Torá oral, por sua complexidade, acabasse se perdendo no tempo, em razão da dominação romana e a conseqüente diáspora do povo judeu. Em 188 a.C., o sábio Yehudá ha-Nassi terminaria o trabalho de compilação da *Mishná*. Por volta do século IV, Rav Ashi iniciaria a preparação do Talmude.

linguagem que iremos utilizar para transmitir a informação (formal ou informal), mas também nas possibilidades que o suporte eletrônico oferece à produção de nossa própria escrita. A título de ilustração: os editores eletrônicos de texto (*softwares* do tipo *Word*) têm nos oferecido recursos como o “copiar e colar” (mecanismo pelo qual podemos utilizar trechos de textos de outros autores para servir como interlocutores da nossa fala), a correção com o *backspace* (antigamente usávamos corretores líquidos para corrigir os erros impressos, ou perdia-se o trabalho), corretores ortográficos automáticos (também como recurso desenvolvido para limitar erros em relação às normas ortográficas), inserção instantânea de notas de rodapé ou de fim, de tabulação, de fontes a serem usadas, de tabelas e de imagens que podem ser incorporadas ao texto escrito com uma facilidade impressionante. Isso sem contar com elementos ainda mais novos, advindos da explosão da internet e antes impensáveis, como o hipertexto, tornando possíveis novas relações entre partes do ensaio e outros escritos existentes na rede, interferindo, de certa forma, nos modos de leitura dessas obras.

2.2

A opção pela escrita

No entanto, milênios antes de o homem criar essas maravilhas tecnológicas que só facilitam o ato de escrever e o tornam cada dia mais banal, a opção pelo registro escrito dos valores e crenças dos povos – em detrimento, por exemplo, do culto às imagens – já se fazia presente no Antigo Testamento. Uma passagem clássica ao interdito bíblico às imagens foi o momento em que Moisés é chamado ao cume do monte Sinai por Deus, e recebe Dele as tábuas da lei com os dez mandamentos. Na descida, com as Tábuas da Lei erguidas em seus próprios punhos, Moisés as quebra, quando vê que o povo de Israel estava adorando a imagem de um bezerro. Esse interdito bíblico à adoração de imagens é até hoje respeitado por judeus e protestantes. Os judeus ortodoxos não toleram o contato com representações visuais, posto que, na concepção desse grupo religioso, a relação com as imagens poderia vir a ser confundida com iconofilia ou idolatria.

O Antigo Testamento é repleto de trechos em que a palavra “livro” é mencionada no sentido de provar a relevância da coisa escrita sobre qualquer

outro tipo de registro ou forma de comunicação possível. Em Deuteronômio (28: 58,59), Deus avisa ao povo de Israel que todas as leis estão escritas na Bíblia, e que, se não a lessem e a respeitassem, coisas ruins poderiam acontecer aos homens.

⁵⁸ Se não tiveres cuidado de guardar todas as palavras desta lei, que estão escritas neste livro, para temeres este nome glorioso e temível, o Senhor teu Deus;

⁵⁹ Então o Senhor fará espantosas as tuas pragas, e as pragas de tua descendência, grandes e permanentes pragas, e enfermidades malignas e duradouras;

De acordo com Arlindo Machado (2001), a história da cultura humana presenciou três surtos de iconoclasmos⁸: o primeiro foi esse relatado acima, que se inaugurou com a cultura bíblica judaico-cristã-islâmica e se desenvolveu mais tarde com a tradição filosófica platônica, como veremos ainda neste capítulo; o segundo ocorreu durante o Império Bizantino, nos séculos VIII e IX, quando os adeptos da iconolatria passaram a ser perseguidos; e o terceiro veio no bojo da Reforma protestante, em um retorno às Sagradas Escrituras. Mas como muito bem destaca Machado, o mais interessante é que, além da proibição ao culto de imagens, os períodos iconoclastas estavam baseados numa “crença inabalável no poder, na superioridade e na transcendência da *palavra*, sobretudo da palavra escrita”. Para o iconoclasta, a Verdade só poderia estar na Escritura Sagrada. “No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus” (João: 1,1).

Em um ensaio sobre o que Arlindo Machado denominaria a literolatria, sob o título de *Do culto aos livros*, Jorge Luis Borges elenca uma série de provas do que, na sua visão, se constituiu no culto milenar da sociedade aos livros e à escrita. Um dos exemplos desse culto à escrita e ao livro está no conteúdo do *Sefer Yetsirah* (Livro da Criação), redigido pelos cabalistas da Síria, por volta do século VI d.C.. Nesse importante documento da tradição judaica, os sábios judeus relatam que Jeová, Deus dos Exércitos, Deus de Israel, Todo-Poderoso, haveria criado o universo por meio das 22 letras que compunham (e até hoje compõem) o alfabeto hebraico e das *sefirot* (emanações divinas): “Vinte e duas letras

⁸ Manifesto sob a forma de horror às imagens (do grego *eikon*, imagem + *klamos*, ação de quebrar).

fundamentais: Deus desenhou-as, gravou-as, combinou-as, permutou-as e, com elas, produziu tudo o que é e tudo o que será”.

Se Deus, na sua onipotência e onipresença, cria o universo com a ajuda de letras, logo estas letras se fazem necessárias e antecedem à própria obra da Criação. Segundo o judaísmo, Deus as haveria criado para que, com elas, pudesse criar o mundo. Desse modo, os estudiosos judeus da Bíblia passaram a crer que as letras possuiriam uma santidade inerente a elas, pois Deus pronunciou-se através das mesmas. Segundo a Cabala, ou o misticismo judaico, os textos da Torá, além de serem escritos em hebraico antigo ou aramaico, estão codificados por Deus, o que torna praticamente impossível para os não-iniciados entender seu significado.

Segundo a crença judaica, haveria quatro níveis de compreensão do texto do Pentateuco (os primeiros cinco livros do Antigo Testamento, que teriam sido escritos por Moisés sob orientação divina). O nível elementar de compreensão seria aquele que interpreta as informações a partir do sentido literal das palavras. No entanto, como cada letra hebraica antecederia à própria Criação, Deus também teria usado as palavras da Torá (isto é, a junção dessas letras) com o intuito de transmitir outras informações importantes sobre o mundo que Ele estava criando. Essas informações são as que se encontram codificadas⁹. Os judeus entendem que somente após muitos anos de dedicação ao estudo do texto bíblico, o estudioso começa a compreender a Torá nos seus outros níveis, em que as palavras ligadas entre si passariam a transmitir as demais verdades divinas, que o leitor comum da Bíblia não conseguiria reconhecer nas passagens.

O judaísmo acredita até os dias atuais na santidade das letras e das palavras contidas no Livro Sagrado. Para a produção textual de uma Torá, a tradição judaica recorre ao *sofer*, profissional especialista em escrever as passagens da Bíblia judaica. Ao detalhar a escrita bíblica, desenhando as letras hebraicas em seus pormenores, o *sofer* atrairia santidade para as palavras. Segundo a tradição judaica, isto só ocorre se o escriba autorizado transmitir pureza a suas intenções e a seus pensamentos no ato de escrever.

⁹ O jornalista Michael Drosnin escreveu recentemente o livro *O código da Bíblia*, que já virou um *best-seller*. Nele, o autor relata que o matemático israelense Eliahu Rips já teria conseguido decifrar o código da Bíblia por meio de operações matemáticas. Segundo consta no livro, o código teria previsto o Holocausto, a morte de Itzhak Rabin, a presidência de Bill Clinton, entre outros acontecimentos importantes do século XX.

O trabalho, que é aprendido em cursos sérios de *Sofrut* (Escrita Sagrada) ao redor do mundo, tem características que fazem desse ofício uma verdadeira arte: as letras são distintas e devem ser destacadas entre si, cada uma tem um espaçamento próprio, não havendo possibilidade de serem unidas; o escriba tem que manter seu pensamento completamente direcionado para o texto e, antes de escrever, deve pronunciar em voz alta todas as palavras; além disto, deve pedir também que Deus se manifeste no mundo por meio do Livro da Torá. Essa transmissão de santidade e vida às letras só pode ser introduzida por um ser humano. Por isso, os *Sifrei Torá* (Livros da Torá) até hoje são escritos à mão por escribas profissionais sobre o pergaminho. A religião não permite à nenhuma máquina impressora esse poder.

O próprio judaísmo sempre dependeu do Livro (a Torá) para se manter até os dias de hoje como um povo graças à sua unidade conquistada nas leis e tradições descritas e mantidas a partir da leitura da Torá. Leopold Zunz, historiador da religião judaica do século XIX, disse que a Bíblia tinha servido de “pátria portátil para os judeus”. Idéia semelhante tinha sido expressa nove séculos antes pelo rabino Saadia, o Reitor da Ieshivá (Academia) de Sura: “Israel só é um povo graças à Torá”. Retomando a epígrafe desse capítulo, os judeus tiveram que escolher entre a espada e o livro. Porque lhes disse Deus: “Se respeitarem o que está escrito no Livro, serão preservados da Espada, mas se não o respeitarem, a Espada os destruirá!”. E então fizeram a opção por tornar-se o povo do livro. Esse trecho bíblico é explicado no Talmude pelas autoridades rabínicas por volta do século V d.C., e demonstra que os israelitas desde essa época já cultuavam o livro: “O autor rabínico desse episódio do Talmude concluía então, exultante, que os israelitas tomaram uma decisão memorável na história da humanidade: escolheram o Livro!” (Glasman, 2001).

Outro exemplo mencionado por Borges de literolatria está no texto do Livro Sagrado do Islamismo, o Alcorão, também chamado pelos muçulmanos de o Livro (*Al Kitab*). No capítulo XII dele, está escrito: “O Alcorão se copia em um livro, se pronuncia com a língua, se recorda no coração, sem embargo, segue perdurando no centro de Deus e sua passagem pelas folhas escritas e pelo entendimento humano não o alteram”.

2.3

A escrita por meio do alfabeto

Uma das obras mais importantes sobre a escrita fonética, *The Alphabet*, foi publicada em 1948 por David Diringer. Nela o autor destaca, entre as diversas questões tratadas, que, com a invenção do alfabeto, “a escrita generalizou-se e se fez comum” (p.37). O alfabeto foi o último dos sistemas de escrita desenvolvidos. Talvez não será o último deles, mas dissertar sobre isso é trabalho para futurólogos. Mesmo que alteremos o suporte em que escrevemos por meio do alfabeto, como ocorre no caso da escrita eletrônica, que hoje está sendo usada em larga escala com a expansão dos microcomputadores e a explosão do veículo internet – e que traz surpresas não apenas como suporte, mas também como responsável pela recriação dos modos de se escrever –, continuamos a fazer uso da escrita alfabética, e não parece que deixaremos de fazê-lo.

O alfabeto não foi substituído até hoje, e é, sem lugar a dúvidas, de um sucesso incontestável. Esta invenção atribuída aos fenícios¹⁰, e que passou a ser utilizada em larga escala pelos gregos, está atravessando aproximadamente quatro milênios de história hegemônica. Ainda que sua expansão pela sociedade tenha se dado lentamente – até hoje encontramos pessoas não alfabetizadas –, ter acesso a ele e utilizá-lo correntemente para fixar idéias (como agora fazemos neste texto) não são mais privilégios exclusivos de classes sacerdotais como acontecia no Egito, na Mesopotâmia ou na China:

O ensino se reduziu em grande parte a uma questão de leitura escrita, e fêz-se acessível a todos. O fato de haver a escrita alfabética sobrevivido por três e meio milênios, com modificações relativamente pequenas, a despeito da introdução da máquina de impressão e da máquina de escrever e do uso intensivo da escrita estenográfica, é a melhor prova de sua eficiência e aptidão para atender às necessidades de todo o mundo moderno. Foi tal simplicidade, adaptabilidade e conveniência que garantiram o triunfo do alfabeto sobre os outros sistemas de escrita (Diringer, 1948, p.37).

¹⁰ Desde o século X a.C., a escrita arcaica de Biblos (por meio do alfabeto fenício) se difundiu amplamente. A escrita páleo-hebraica, que foi a escrita dos reinos de Israel e de Judá no mesmo período, só se destacava da de Biblos por algumas particularidades gráficas. Mas foi sobretudo a cidade de Tiro, que assegurou, pela atividade de seus navegadores e comerciantes e pela fundação de suas colônias, a propagação do alfabeto fenício.

Diringer aponta a simplicidade, a adaptabilidade e a conveniência do alfabeto como as características que teriam feito dele o sistema de escrita hegemônico. Vivemos sob a égide de um mundo que é modelado pelo alfabeto fonético e por sua linearidade, seqüencialidade, causalidade e lógica. Hoje em dia, no Ocidente, praticamente tudo o que nos é oferecido em termos culturais está apresentado e representado por meio da escrita alfabética. Até quando trata-se de programas de televisão ou de rádio, a leitura dessa escrita está presente, ainda que camuflada nos *scripts* e *teleprompters* invisíveis ao telespectador ou ouvinte. Hoje publicamos livros sobre praticamente tudo, ou melhor, sobre tudo o que conseguimos contar e fixar por meio do alfabeto. Roteiros de filmes, debates falados no rádio, entrevistas na televisão, todos esses produtos culturais, travestidos com índices de oralidade, são, na realidade, escritos, e portanto passam também a ser oferecidos sob a forma de livros.

A adoção da escrita pela sociedade garante a hegemonia do pensamento lógico e crítico, que não é possível com a oralidade. As teorias contribuem para que este tipo de pensamento floresça na sociedade da escrita. Segundo Pierre Lévy, “o alfabeto fonético grego teria desempenhado um papel fundamental quanto a isso, ao fazer com que os textos ‘falassem’ realmente, enquanto que os primeiros sistemas de escrita envolviam apenas signos mnemotécnicos, mais ou menos fáceis de decifrar” (1993, p.94).

Marshall McLuhan, em seu célebre *A Gálaxia de Gutenberg*, vai mais além. Enquanto Diringer enumeraria as vantagens da escrita por meio do alfabeto em relação às suas predecessoras, como por exemplo a de aliar a idéia da consoante ao registro da vocalização, ou seja, às vogais, McLuhan desenvolveria uma de suas principais teorias a respeito da adoção do alfabeto pela humanidade como principal sistema de fixação do pensamento, e que é discutida hoje em praticamente todos os cursos de Comunicação Social. Segundo o pesquisador canadense, “foi somente pelo alfabeto que os homens se destribalizaram ou individualizaram para criar a ‘civilização’” (1977, p.80). De acordo com ele, as culturas poderiam elevar-se artisticamente sem a civilização, mas sem o alfabeto fonético permaneceriam tribais.

Para o McLuhan de *Os meios da comunicação como extensões do homem*, com a invenção do alfabeto fonético, e mais tarde com a tipografia, o sentido da

visão se tornaria o dominante, já que, até então, o sentido prevalente era o da audição. Ele acredita que, como consequência da invenção da escrita e sua adoção pelas sociedades, os demais sentidos humanos se desagregariam. E esta dispersão dos sentidos provocaria o fenômeno da “destribalização”. O homem que antes dependia e vivia de sua tribo agora se separaria da comunidade e se tornaria, propriamente, indivíduo – da mesma maneira que se dá a separação dos sentidos, que passam a atuar isoladamente, o homem se separa dos outros homens pela consciência individual. Com as tecnologias de hoje, da electricidade, há novamente a possibilidade de uma reunificação dos sentidos, um retorno ao audiotátil. McLuhan acredita que esta interação dos sentidos se tornaria responsável pela “retribalização” do homem.

Como a utilização da escrita alfabética teria promovido a destribalização do homem? A invenção do alfabeto não desenvolveu apenas sinais que, combinados, formam palavras. Estes sinais, além das letras que representam, também significam sons. Este reconhecimento de que as letras dos alfabetos, na verdade, são a transposição para o registro escrito dos sons que emitimos na língua falada teria favorecido a tradução das línguas vulgares e o consequente intercâmbio entre culturas. Isto quer dizer que, a partir do momento que uma cultura faz uso da tecnologia alfabética, sua tradição poderá ser transmitida para uma outra tradição por meio da tradução. Este procedimento é apenas facilitado em culturas alfabéticas. Outras culturas que se utilizam de escritas não-alfabéticas também podem ser traduzidas, mas este se torna um trabalho muito mais complicado. A separação única que introduzem entre som e visão, de um lado, e o conteúdo verbal e semântico, de outro, transformaram os alfabetos do mundo ocidental na mais radical de todas as tecnologias culturais, no sentido de uma homogeneização cultural.

Segundo McLuhan, “o alfabeto é um absorvedor e transformador agressivo e militante de culturas” (1977, p.82). Este poder atribuído por McLuhan ao alfabeto e, claro, à escrita por meio dele é justificável, quando analisamos algumas diferenças que este sistema instaurou em relação às sociedades pré-alfabéticas. Diferentemente dos sistemas de escrita anteriores à sua criação, o alfabeto podia ser aprendido em poucas horas. Pelo fato de que cada letra é semanticamente

destituída de significados, sendo cada uma delas relacionada a um som, instaurou-se uma rígida divisão entre o mundo visual e o auditivo.

A palavra fonética escrita sacrificou mundos de significado e percepção, antes assegurados por formas como o hieróglifo e o ideograma chinês. (...) Isto nada tem a ver com o *conteúdo* das palavras, mas é o resultado da súbita ruptura entre as experiências auditiva e visual do homem (McLuhan, 1977, p.102-103).

Culturas tribais podem ser tão ou mais desenvolvidas que as ocidentais na extensão de suas percepções e expressão. No entanto, para McLuhan, essas culturas tribais não conseguem compreender seus membros como figuras isoladas, individualizadas. O alfabeto, ao contrário, é uma tecnologia que permite a separação dos indivíduos e a continuidade do espaço e do tempo, pois estes indivíduos irão igualar-se, posteriormente, perante a lei escrita.

Segundo McLuhan (1977, p.105), “a civilização se baseia na alfabetização porque esta é um processamento uniforme de uma cultura pelo sentido da visão, projetado no espaço e no tempo pelo alfabeto”. A estruturação linear da vida racional se deve, em grande parte, à linearidade e à seqüencialidade por meio das quais expressamos nosso pensamento, no que fazemos uso da escrita fonética.

Na medida em que o uso do alfabeto foi se popularizando e sua arte dominada, suas características próprias foram resultando num crescente e gradual aumento da consciência a respeito do discurso oral. Aquilo que era tido como um fluxo contínuo, dependente de um ser humano para o enunciar, passa a ser visto como algo independente, concreto, composto de unidades menores e discretas.

Qualquer cultura de alfabeto fonético pode facilmente cair no hábito de dispor as coisas uma sob outra ou uma dentro de outra, devido estar o leitor sob constante pressão causada pelo fato subliminar de que o código escrito traduz para ele uma experiência de “conteúdo”, que é a linguagem falada.

O discurso, sendo transcrito em sinais gráficos eficientes, separa-se daquela pessoa que o pronunciou. O conteúdo das declarações feitas torna-se também independente, objetivado como pensamento, idéia, noções que têm existência própria. A comunicação escrita elimina a mediação humana contextual (quando alguém enunciava um mito, este mito vinha sempre “recontado”, sempre

o mesmo mas sempre diferente). McLuhan aponta a tecnologia do alfabeto fonético como a responsável por criar a noção do homem civilizado: “indivíduos separados que são iguais perante a lei escrita. A separação do indivíduo, a continuidade do espaço e do tempo e a uniformidade dos códigos são as primeiras marcas das sociedades letradas e civilizadas” (1977, p.103).

2.4

A escrita como *pharmacón*

Assim como hoje levantamos questões pertinentes ao futuro da escrita – no entendimento de que esta última revolução tecnológica abre espaço para uma comunicação audiovisual que poderia tornar a escrita prescindível em várias situações e oferece formas antes impensáveis de utilização da escrita alfabética¹¹ –, quando esta mesma escrita alfabética tomou corpo e importância na Grécia, os filósofos resolveram se debruçar sobre ela e questioná-la como acontece com toda novidade até hoje.

Na segunda metade do século V a.C. começou a afluir a Atenas uma nova espécie de homens, que se propunham a ensinar a virtude política. Os sofistas, assim eram chamados, desenvolveram uma técnica de argumentação para debater e discursar com uma atitude crítica em relação aos valores da tradição. Um cidadão de Atenas, Sócrates, assimilou essa técnica e se transformou no principal nome entre eles. O efeito das conversas atribuídas a Sócrates era extraordinário. Depois da sua condenação e morte, vários discípulos tentaram reconstituir suas conversas, sendo o mais famoso deles, Platão.

Platão nasceu por volta do ano 427 a.C., muito tempo depois da difusão do alfabeto no mundo grego. Muitas das instituições características das sociedades letradas já haviam surgido na Grécia platônica: já haviam aparecido as escolas para crianças acima de seis anos e profissionais das letras, e filósofos, como os sofistas, passaram a fazer a transmissão da tradição do passado, em substituição às nobres famílias, como os *Eupatridai*, que haviam sido investidos no direito de interpretar as leis.

¹¹ Hoje, em veículos que dispõem de formato eletrônico de apresentação do discurso, como celulares, computadores e *palm-tops*, temos evidenciado uma escrita que se utiliza de abreviativos, questionando a necessidade de transposição para o papel de idéias e textos.

Na concepção platônica, é importante saber como se conhece e através do quê se conhece. Sua época é de mudanças: a tragédia e a poesia começam a ser deixadas de lado como sistemas únicos de transmissão de cultura, substituídas progressivamente pela escrita. Platão, entre os diversos temas que abordou em seus diálogos, dissertou sobre como esta prática ou arte que se difundia afetaria a *pólis* grega. É aproximadamente dessa época (século IV a.C.) o surgimento da palavra *grammatikós*, utilizada para designar uma pessoa capaz de ler.

O modo de pensamento transforma-se em filosófico, analítico, se distanciando do mítico. Platão vai negar aspectos fundamentais da cultura oral na *República*, condenando a poesia, e vai condenar igualmente a escrita no *Fedro*. Ele defende o pensamento analítico, mas não o percebe como fruto da técnica da escrita. Ele crê em uma memória como sinônimo de inteligência, mas não percebe que ela se mantém às custas da poesia. Em muitos aspectos, a concepção platônica a respeito da linguagem continuou vigente, de certa forma, até hoje. Mesmo aqueles teóricos que negaram as “teorias” platônicas sobre a linguagem mantiveram vivos aspectos ligados ao logocentrismo platônico.

O logocentrismo ou fonocentrismo é a crença de que a origem da verdade encontra-se na presença do *lógos* (razão, ciência ou palavra). No entanto, a escrita seria exatamente o lugar onde o *lógos* (isto é, a razão, a ciência) não está. Segundo os defensores do logocentrismo, a ciência deveria expressar-se por meio de sistemas de notação não-fonéticos, e sim pela presença da palavra oralizada. O significante *lógos*, em grego, receberia então um duplo significado: tanto pode expressar “razão”, como também adquiriu o significado de “palavra”. Não é coincidência que o vocábulo “palavra” em grego seja expresso pelo significante *lógos*. Onde estaria a palavra estaria também a razão, o pensamento científico. Para isso toda a filosofia e ciência, toda a história e literatura deveriam apagar de suas consciências o uso da escrita, já que na escrita a palavra aparece apartada do discurso, da oralidade.

No diálogo *Fedro*, Platão explicita suas preocupações em torno da adoção da escrita pela sociedade grega. Nele Sócrates relata a desaprovação do rei egípcio Thamus em relação à invenção da escrita pelo deus Theuth. Ao criar a escrita, Theuth teria oferecido à humanidade uma receita para a memória e a razão. No entanto, Platão, por meio do personagem Thamus, iria contraargumentar essa

visão positiva atribuída à escrita. Para o filósofo, se os homens passassem a se servir da escrita, iriam implantar o esquecimento em suas almas. Deixariam de exercitar a memória, porque passariam a crer no que estaria escrito. Não mais lembrariam das coisas por eles mesmos, mas sim por marcas externas ao homem.

Jacques Derrida, ao analisar o texto de Platão, irá se fixar no vocábulo *phármakon* – palavra grega que pode designar tanto remédio como veneno. A escrita poderia ser considerada remédio, porque, por um lado, o alfabeto garantiria a memória do passado – já que os feitos passariam a se fixar em pedras, telas, papiros, barro etc. Mas é também veneno, por outro lado, porque a memória deixaria de habitar o coração dos homens. Ao confiarem na escrita, os homens deixariam de recordar os acontecimentos, pois não mais os teriam no coração, que seria a sede da memória. Esta preocupação é demonstrada por Platão, claramente nas palavras de Thamus: “Meu hábil Toth, a memória é o maior dom que precisa ser mantido via treinamento contínuo. Com sua invenção as pessoas não serão mais obrigadas a treinar a memória. Lembrar-se-ão não por esforço interno, mas por virtude de um esforço externo”.

No entender do filósofo Jacques Derrida – expresso em *A Farmácia de Platão* –, a tradução corrente de *phármakon* por remédio – droga benéfica – seria, de certa forma, inexata. Esta tradução por remédio desfaz, por sua saída da língua grega, o outro pólo reservado à palavra *phármakon*. Contudo, como explica Derrida (1997), “é também evidente que a intenção declarada de Theuth, sendo a de fazer valer seu produto, ele faz girar a palavra em torno do seu estranho e invisível eixo e a apresenta sob apenas um, o mais tranqüilizador, dos pólos” (p.44).

Sócrates compara os textos escritos que Fedro trazia consigo a uma droga. O *pharmacón* operaria por sedução, e teria feito com que Fedro saísse do rumos e das leis gerais, habituais. Diferentemente do lugar habitual do diálogo, que ocorria sempre no interior da cidade, o *pharmacón*, isto é, as folhas de escritura, atraíram Fedro e Sócrates para fora da cidade:

O campo e as árvores nada me ensinam, mas sim os homens da cidade. Tu, contudo, pareces ter descoberto a droga para me fazer sair! Não é agitando, diante dos animais, quando eles têm fome, um ramo ou um fruto, que os conduzimos? Assim tu fazes para mim: com discursos em folhas que seguras diante de mim,

facilmente me farás circular através de toda a Ática, e ainda além, onde bem quiseses! (Platão *apud* Derrida, 2004, p.15).

Segundo Derrida, “Fedro lembra que os cidadãos mais poderosos e mais venerados, os homens mais livres, sentem vergonha de ‘escrever discursos’” (1997, p.12). Isto se justifica pelo fato de que estes temiam ser julgados pela posteridade como sofistas. O autor do discurso escrito estaria na posição de sofista: o homem da não-presença e da não-verdade. A escrita é, para Derrida, parricida, por matar o pai do discurso, uma vez que o texto escrito prescindiria da presença daquele que o redigiu para obter eficácia. Transcrito por meio de eficientes sinais gráficos, o discurso independe da atuação pública do seu autor para ganhar notoriedade. Além de prescindir do autor do texto, o escrito esconde também as circunstâncias nas quais o discurso foi produzido. É uma dupla ausência: a não-presença do autor e do lugar em que se pensou em fixar aquela informação.

Na *República*, pela mesma razão que condena-se a escrita, condenam-se os poetas, que, segundo o filósofo, deveriam ser expulsos da cidade para que esta se tornasse ideal. O conceito de *mimesis* que aparece nos livros III e X da *República* é considerado central para o entendimento de o que são a poesia e o poeta na concepção platônica. Para ele, os poetas desenvolvem suas narrativas poéticas por meio da imitação (*mimesis*). A poesia, para Platão, seria então definida como se estivesse afastada três vezes da forma ou idéia original. Ou seja, há a idéia da coisa, a coisa em particular e a sua representação artística. Quanto a esta imitação que seria empreendida na poesia, afirma Platão, utilizando o exemplo de um pintor:

A arte de imitar está bem longe da verdade, e se executa tudo, ao que parece, é pelo fato de atingir apenas uma pequena porção de cada coisa, que não passa de uma aparição. Por exemplo, dizemos que o pintor nos pintará um sapateiro, um carpinteiro, e os demais artífices, sem nada conhecer dos respectivos ofícios. Mas nem por isso deixará de ludibriar as crianças e os homens ignorantes, se for bom pintor, desenhando um carpinteiro e mostrando-o de longe com a semelhança, que lhe imprimiu, de um autêntico carpinteiro (Platão, 2002, p.296).

Então, na concepção de Platão, artes como a pintura e a poesia seriam negativas e, portanto, deveriam estar fora da cidade ideal, pelo que ela engana as pessoas. A criação não passaria de imitação.

Como irá dizer Umberto Eco (em *De Gutenberg à Internet*), para Platão “a escrita era perigosa porque reduzia o poder da mente, oferecendo aos seres humanos uma alma petrificada, uma caricatura da mente, uma alma mineral”. Era compreensível, então, a preocupação do Faraó Thamus naquela época. Thamus rejeitou a escrita, porque temia que, apreendendo a escrita, os homens deixassem de cultivar o dom da memória. Se utilizada, a escrita, assim como se pode pensar em relação às nossas tecnologias de hoje, poderia vir a “entorpecer o poder humano, que ela substitui e ao mesmo tempo reforça”.

É realmente fato comum hoje, com a massificação das tecnologias ligadas à comunicação, que sintamos, no dia-a-dia, essa substituição do trabalho humano pelo da máquina. Mas se, por um lado, nos comunicamos com auxílio de instrumentos que, há 15 anos, poderiam nos parecer supérfluos, por outro lado, como bem argumentou Eco, isto vem a reforçar o poder humano e as possibilidades de trocas comunicacionais. A título de ilustração, ainda que a cada dia nos sintamos menos hábeis em escrever à mão – já que nos valemos sempre dos computadores para redigir textos –, a redução no tempo de redação está produzindo um homem capaz de registrar muito mais em menos tempo. Como essa supercapacidade produtiva do homem irá afetar na produção de livros impressos? Neste primeiro capítulo, de importância capital será compreender como a introdução das técnicas de escrita foi transformando pouco a pouco uma sociedade que se baseava na oralidade.

2.5

Da oralidade à escrita: alguns atalhos

Ainda que, na maioria das vezes, dialoguemos, em presença ou não, com diversos interlocutores, por meio da língua falada, na incessante busca pela obtenção de consensos a fim de formar nossas opiniões, quando queremos torná-las públicas ou fixá-las para a posteridade, precisamos escrevê-las. Como exemplo disso, o próprio esforço de realização deste trabalho não é nada mais nada menos

que a transposição de idéias desconexas, fragmentadas, desordenadas, para o ordenamento imposto pela língua escrita, pela escrita alfabética, através de seu código linear, fixo, em português, portanto, orientado por um finito número de vocábulos da esquerda para a direita. Mas esse código não se apresentou sempre dessa forma...

Para McLuhan (1977, p.101), a invenção e utilização em larga escala do alfabeto fonético “significou o poder, a autoridade e o controle das estruturas militares, à distância. Quando combinado com o papiro, o alfabeto decretou o fim das burocracias templárias estacionárias e dos monopólios sacerdotais do conhecimento e do poder”.

A Grécia – local onde a escrita cumpre papel importante na formação da democracia – foi, a princípio, detentora de uma sociedade perito-letrada, ou seja, apenas algumas pessoas especializadas mantinham o domínio da técnica da escrita. Mas esses cidadãos gregos não formavam uma elite (ao contrário do que aconteceria mais tarde durante a Idade Média); na verdade, os primeiros perito-letrados foram os artífices gregos, e o fato de se dominar a escrita não era visto como capaz de elevar intelectualmente a pessoa. Era encarado como mais um entre outros artifícios técnicos com os quais o homem poderia manter contato. O escriba grego tinha, a princípio, tanta (talvez menos) importância quanto um carpinteiro. A escrita em si mesma não era valorizada, pois “prejudicava a memória” e “estava três vezes distante da verdade”, como vimos acima nos textos platônicos.

Mas no decorrer do tempo, o alfabeto iria introduzir uma divisão clara da experiência, libertando o homem de uma sociedade tribal, da importância da palavra mágica e da teia do parentesco. O famoso antropólogo Lévi-Strauss, em *Tristes Trópicos* (1955), relatava uma das muitas experiências de encontro que teve com os índios brasileiros. O texto etnográfico de Lévi-Strauss apresenta as tensões entre o mundo europeu, ocidental, da Escritura cristã e as tradições orais do mundo “selvagem”, ou da sociedade de uma oralidade primária:

Quanto à escrita, seja santa ou profana, não apenas [os índios] a desconheciam, como também, o que é pior, não possuíam quaisquer caracteres para significar qualquer coisa: no começo quando cheguei ao seu país para aprender-lhes a língua, escrevia algumas sentenças e depois as lia diante deles que julgavam fosse uma feitiçaria, e diziam um ao outro: Não é maravilhoso que este que ontem não

saberia dizer uma palavra em nossa língua, em virtude desse papel que possui e que o faz falar assim seja agora entendido por nós? (Lévi-Strauss *apud* Certeau, 1982, p.216).

Nesse relato, Lévi-Strauss faria ainda importantes observações a respeito das implicações desse contato entre europeus letrados e índios selvagens. Os Tupinambá pensavam que a escrita seria uma espécie de feitiçaria. Outros índios acreditavam que as missivas dos espanhóis falavam. Já os europeus imaginavam que a utilização da escrita era fruto da superioridade européia sobre humanos inferiores. Eles enxergavam o domínio da técnica de escrita como “um dos dons singulares que os homens da parte de cá receberam de Deus”. O poder cultural da escrita era referendado pelo absoluto: isto não é apenas um fato, mas um direito europeu, o efeito de uma eleição, uma herança divina. Nesse sentido, o discurso europeu cristão se aproxima do discurso bíblico judaico que crê na escrita como necessária e uma precondição à obra da Criação.

Na compreensão de Michel de Certeau (1982), em *Escrita da História*, “não existe escrita senão onde o significante pode ser isolado da presença” (p.217). Lévi-Strauss aponta esta como uma das principais vantagens do ato de escrever, na etnografia de *Tristes Trópicos*: “Nós temos esta vantagem que sem sair de um lugar, por meio da escrita e das cartas que enviamos, podemos declarar nossos segredos a quem quisermos, estejam eles afastados até o fim do mundo”.

2.5.1

A sociedade da oralidade primária

Segundo Pierre Lévy, em *As tecnologias da inteligência*, a história seria dividida na era da oralidade primária, na era da escrita e na era das tecnologias eletrônicas, da sociedade atual, que é profundamente influenciada e mediada por novas mídias e dispositivos. O período da oralidade primária seria aquele que antecede ao da sociedade que adotou a escrita como principal meio de comunicar e transmitir a herança cultural às futuras gerações.

Na oralidade primária, a palavra oral desempenhava a função que hoje é outorgada a veículos, como o livro, em que se é capaz de armazenar a memória

das culturas existentes. Como lembra Lévy, naquele tipo de sociedade, quase todo o edifício cultural estava fundado sobre as lembranças dos indivíduos.

Walter Benjamin cunha o termo experiência (*Erfahrung*) para designar o tipo de relação que era estabelecida entre os homens habitantes da sociedade oral. Diferentemente da noção de experiência amplamente divulgada pelo senso comum – que remeteria ao conhecimento de vida dos mais velhos –, este termo “experiência” desenvolvido principalmente nos escritos juvenis de Benjamin estaria ligado a uma experiência totalizante, que só seria possível em sociedades orais. E esta ausência hoje do que o filósofo chama de experiência se relaciona à perda de uma memória individual e coletiva e ao declínio da tradição.

Na modernidade, houve uma ruptura com o passado que se ligava à tradição, à aura de um objeto cultural autêntico, ao “aqui e agora do original”. Como coloca a filósofa Kátia Muricy (*idem*, p.184), estudiosa dos escritos benjaminianos, “desvinculado da tradição, entendida como experiência comunicável e coletiva, o patrimônio cultural torna-se um fardo morto, um obstáculo à construção do novo.” Neste sentido, a experiência cede lugar ao seu par moderno, a “vivência”.

A vivência, outro conceito benjaminiano, se relaciona com a solidão, a experiência privada do indivíduo: “Esta perda de experiência comunicável acarreta o divórcio entre os interesses interiores do homem e os de sua vida coletiva. A realidade histórica desse fenômeno encarna-se na figura do burguês citadino” (*idem*, p.188).

É neste sentido então que Benjamin descreve o ato de ler um romance como uma expressão típica da “vivência”. Este gênero literário marcaria a perda da experiência transmissível. A tradição oral, ao contrário da impressa que seria consequência da “vivência”, promovia o encontro entre as pessoas, que, como em um ritual, compartilhavam a experiência de se contar histórias.

O romance, cujo aparecimento coincide com o desenvolvimento da Era Moderna, dependeria exclusivamente do livro, que é a “reprodução técnica da escrita” e elimina a experiência, no que induz a vivência. No entender de Benjamin, a padronização e a produção em série de mercadorias e bens culturais – como, por exemplo, o romance que se nos apresenta sob a forma impressa –

sacrificariam a aura da obra e acabariam por disseminar bens padronizados para a satisfação de consumidores com necessidades iguais.

No texto “O Narrador”, Benjamin disserta sobre a impossibilidade de existência de um narrador nos tempos atuais, como era o narrador oral das sociedades anteriores à escrita. Para ele, os homens modernos não possuem mais a capacidade de intercambiar experiências, e se sentem em situação de embaraço quando lhe pedem que narrem uma estória. Esse fenômeno estaria relacionado com o fato de as ações de experiência estarem hoje em baixa e próximas da extinção.

De acordo com Benjamin, “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores” (p.198). Logo, o narrador hoje estaria desaparecendo da esfera social porque ele não é um homem da experiência. Ele diria inclusive que as melhores narrativas escritas seriam aquelas que mais se aproximassem dos relatos orais, estes em relação direta com a tradição.

Segundo Muricy (1998, p.191), “o declínio da experiência equivale ao processo de perda da aura, entendida como o conteúdo da experiência da obra de arte” (*idem*, p.191). Na noção de aura estão presentes, portanto, os principais elementos que caracterizariam também a experiência, por exemplo, da narrativa oral: a autenticidade, a originalidade, a unicidade.

O surgimento do romance como gênero literário do início do período moderno era consequência do fim da narrativa como experiência totalizante das sociedades orais, que ocorreu pelo mesmo motivo que a obra de arte aurática estaria em vias de extinção: a capacidade infinita de produzir cópias a partir de uma obra original. A tradição oral teria uma natureza distinta da que caracteriza o romance. Enquanto o narrador nato sabia contar uma história na interação com seus ouvintes, transmitindo sabedoria numa experiência original – dificilmente reproduzível por parte de outros narradores, porque ocorria no face-a-face –, o romancista segrega-se para escrever, e o faz seguinte um padrão instaurado por escritores que o precederam.

O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes. A origem do romance é o indivíduo isolado, que não pode mais falar exemplarmente sobre suas preocupações mais importantes e que não recebe conselhos nem sabe dá-los (Muricy, 1998, p.201).

A narrativa é o que Benjamin chama de uma “forma artesanal de comunicação”, assim como o são as obras originais auráticas. Diferentemente da lógica instaurada pela imprensa, a narrativa não se interessa em transmitir a coisa narrada como uma informação ou notícia: “Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (*idem*, p.205).

Tanto em sociedades com escrita como nas que não dependem dela, a acumulação de elementos na memória faz parte da vida cotidiana. No entanto, um narrador em uma sociedade oral – diferentemente, por exemplo, do romancista, que só existe em função da escrita – não irá utilizar-se da memória histórica para relatar eventos ou para dramatizar o seu discurso. Ele constrói o seu texto a partir do que Jacques Le Goff denomina memória coletiva. “O primeiro domínio onde se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquele que dá um fundamento – aparentemente histórico – à existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem” (1990, p.428).

Nas sociedades sem escrita há especialistas da memória, homens-memória. Seriam uma espécie de depositários da memória da sociedade, guardiões de uma história “objetiva” e uma história “ideológica” de determinado povo. Os homens-memória são, de fato, narradores, e não desempenham o mesmo papel que os mestres de escolas (já que a escola só aparece com a escrita). As sociedades orais não sentiam a necessidade de memorização integral dos fatos, palavra por palavra; este gênero de atividade era raramente sentido como necessário.

Le Goff associa a rememoração mnemônica palavra por palavra a uma exigência das sociedades letradas. “O aparecimento da escrita está ligado a uma profunda transformação da memória coletiva.” A escrita provocou, então, um duplo progresso em relação à memória coletiva dos povos. Por um lado, as sociedades passaram a comemorar certos acontecimentos, que passaram a ser lembrados e ritualizados, com o auxílio de inscrições que eram realizadas com o objetivo mesmo de lembrar feitos. Em pedras ou mármore, em templos, praças e cemitérios, as gravações atingiram seu auge na Grécia e Roma antigas, que chegaram a ser chamadas de civilizações da epigrafia. Por outro lado, com o auxílio dos documentos escritos, esta memória coletiva se tornaria ainda mais

poderosa por duas funções atribuídas à escrita, como atesta Jack Goody, em *A domesticação do pensamento selvagem*:

Uma é o armazenamento das informações, que permite comunicar através do tempo e do espaço, e fornece ao homem um processo de marcação, memorização e registro. A outra: ao assegurar a passagem da esfera auditiva à visual, permite reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas (Lévi-Strauss *apud* Le Goff, 1990, p.432).

2.5.2

A sociedade da oralidade mista

Até hoje pertencemos a uma cultura de oralidade mista. O computador é um meio que se utiliza tanto do áudio como do visual. Paul Zumthor, em seu estudo *A letra e a voz*, debruça-se sobre as implicações da passagem de uma sociedade estritamente oral para uma sociedade que passaria a coabitar com a escritura e a oralidade no mesmo tecido social. No seu relato, ele afirma que a disseminação da escrita pela Europa e o desmoronamento do feudalismo teriam sido responsáveis, no longo prazo, por arruinar com a classe dos recitadores, cantores e contadores de história profissionais – leitores e escritores. No entanto, no decorrer dos séculos XIV e XV toda corte européia ainda possuía seus menestréis. As igrejas igualmente contratavam cantores para fazer a sua publicidade junto aos peregrinos.

Pela boca, pela garganta de todos esses homens (muito mais raramente, sem dúvida, pelas dessas mulheres) pronunciava-se uma palavra necessária à manutenção do laço social, sustentando e nutrindo o imaginário, divulgando e confirmando os mitos, revestida nisto de uma autoridade particular, embora não claramente distinta daquela que assume o discurso do juiz, do pregador, do sábio (Zumthor, 1993, p.67).

A palavra poética recitada por esses intérpretes do mundo medieval garantiu a migração de mitos, de temas narrativos, de formas de linguagem e até de moda por áreas imensas, uma vez que muitos desses recitadores, cantadores, eram nômades. A dispersão de sua clientela tornou possível que áreas geograficamente distantes viessem a fazer uso de idiomas comuns, transcendendo dialetos locais, ainda antes da explosão da escritura nas sociedades medievais. Diferentes áreas geográficas receberam influência de um mesmo recitador/leitor

público, o que teve conseqüências importantes em termos de herança cultural para as populações de um extremo a outro da Eurásia.

Durante o século XV, a comunidade de leitores ainda era reduzida; e os textos também eram copiados em pequena quantidade. Quando eram copiados ou recopiados, utilizava-se o tipo contínuo de escrita, com a ausência de espaçamento entre as palavras ou sinais de pontuação. Um tipo de escrita impensável dentro dos padrões atuais. A distinção das palavras e a introdução dos sinais de pontuação eram uma tarefa dos leitores públicos, que então tinham a incumbência de interpretar o original.

Ao estudar o tipo de comunicação desenvolvida pelos intérpretes medievais, Zumthor faz uma diferenciação entre os termos oralidade e vocalidade. A vocalidade seria uma longa tradição de pensamento que valorizaria a voz como portadora de uma linguagem. Ele não retira a importância da enunciação da palavra, que se trataria da manifestação mais comum da oralidade no contexto medieval, mas quer destacar com o emprego do termo vocalidade que é somente pela voz, por um “trânsito vocal”, que os textos medievais podiam ser socializados com o público. Zumthor considera a Idade Média um período de oralidade mista, onde a vocalização teria convivido com a escrita. Mas a primeira não estaria destacada dos sentidos atribuídos às palavras; e a segunda, por sua vez, ainda não teria se apartado da oralização, que passa a ser regida crescentemente por uma lógica linear.

A maioria dos textos que chegaram até nós como legado da literatura medieval são escritos anônimos. Durante a Idade Média, não havia o conceito de propriedade intelectual como hoje o concebemos. Os textos eram dinamicamente alterados pela atuação dos diferentes intérpretes. Eles (ainda que se apresentassem como simples leitores públicos) representavam uma presença fundamental para a transmissão dos textos. Podiam até decorar os textos que recitavam, mas eram os autores empíricos daquela mensagem, operando o “jogo de um indivíduo particular” (Zumthor, 1993, p.71).

Os cantores, recitadores, enfim, os responsáveis pelo divertimento trabalhavam tanto com a memória quanto com o olho na apreensão do texto que apresentavam. As leituras e performances eram consideradas um verdadeiro espetáculo. Segundo Zumthor (1993, p.62), “muitas representações figurativas

sugerem que o livro, na frente deles [leitores públicos] sobre o facistol, pode ser apenas um tipo de acessório que serve para dramatizar o discurso”.

O exemplo do leitor público Román Ramírez é didático. Quando a Inquisição foi atrás dele, o mourisco confessou que lia pacotes de folhas em branco. Ele havia aprendido de cor os capítulos da obra, assim como nomes de lugares de personagens. Quando os recitava, acrescentava, condensava e suprimia informações de acordo com a sua vontade, utilizando a “linguagem dos livros”. Isto porque não somente os recitadores tinham total liberdade na hora de ler, interpretar, um texto, como também era claro que a “linguagem dos livros” era uma forma de comunicação completamente diferente da maneira como narravam histórias os intérpretes.

Este caso de Román Ramírez demonstra a inexistência de preocupação, na transmissão oral dos textos, em dar o nome daquele personagem que originou a mensagem: o autor. No entanto, ainda que, naquela sociedade medieval, não importasse quem originalmente era o produtor intelectual da obra, o registro escrito já ocupava um lugar de importância considerável naquele tipo de sociedade de oralidade mista, uma vez que o recitador público baseava sua narração num texto que havia sido fixado pela manuscritura.

Numa sociedade que não conhece a escrita, o tipo de experiência acima descrito não ocorre. De acordo com o antropólogo Jack Goody (1968), a transmissão da herança cultural no seio de uma sociedade não-letrada é realizada da seguinte forma: primeiro, a sociedade transmite a seus membros seus atributos materiais, isto é, os recursos naturais que estão disponíveis para os membros do grupo; em segundo lugar, transmite-se certos modos que assume o comportamento humano no cotidiano daquela cultura, tais como os modos de cozinhar e de lidar com as crianças e nas mais diversas situações. A cultura, desse modo, é transmitida pela oralidade, mas não somente comunicada por meio verbal. Essas práticas do dia-a-dia são herdadas por imitação direta dos gestos e do comportamento corporal dos membros, e estes sim são os únicos responsáveis pela manutenção dos laços sociais que unem pessoas.

Mas como o mesmo Goody (1968) não nega, “os elementos mais significativos de qualquer cultura humana são, sem margens a dúvidas, transmitidos por meio de palavras, e residem na particular teia de significados que

cada sociedade atribui aos símbolos verbais” (p.28). Isso porque a relativa continuidade das categorias do conhecimento na transmissão cultural intergeracional só pode ser mantida pela utilização da linguagem.

A transmissão cultural pela oralidade é compreendida, na visão de Goody, como uma longa cadeia de conversas que se interligam entre os membros da sociedade, em que os valores, as crenças e o conhecimento são compartilhados e comunicados às gerações seguintes no contato face-a-face. Nesse tipo de grupo, toda a herança cultural é guardada na memória humana, e não há como atribuir diferentes significados para um mesmo significante. Existe uma relação direta entre o símbolo e o referente.

Numa sociedade letrada, falamos em “definições do dicionário” para se contrapor a outros significados que um mesmo vocábulo pode vir a adquirir. As palavras muitas vezes se desligam dos seus sentidos originais, já que transitam em diferentes culturas, e, portanto, na medida em que está em um novo contexto sociocultural, pode vir a receber um novo significado. Numa sociedade não-letrada, não há a possibilidade de ocorrência dessa situação, uma vez que a palavra sempre será pronunciada pelo pai do discurso, que, dessa forma, poderá explicar as intenções e usos verbais da sua fala. Logo, como resultado, “a totalidade das relações entre símbolo e referente é mais imediatamente experienciada pelo indivíduo numa cultura exclusivamente oral” (Goody, 1968, p.29).

Numa sociedade sem contato com a escrita, a memória é continuamente construída e vivificada pelo laço social. O que o indivíduo retém em sua memória é o que normalmente se apresenta como de importância capital nas suas relações sociais. Ao contrário dessa realidade, nas sociedades letradas, a memória do grupo está armazenada sob a forma de livros. Os indivíduos não precisam reter mnemonicamente as informações relevantes, transmitidas por seus pares, já que, no mundo letrado, o homem é convidado, desde sua mocidade, a frequentar instituições de ensino, locais onde compulsoriamente passa a ter contato com livros, objetos riquíssimos em informações que, interpretadas de maneira correta, oferecerão o arcabouço cultural necessário ao convívio social, e se constituem na memória coletiva das sociedades letradas.

Uma invenção que surge com a sociedade alfabetizada é a ortografia. “É de presumir ser impossível praticar um erro de gramática numa sociedade não-alfabetizada, pois ninguém jamais ouviu falar de algum” (McLuhan, 1977, p.323). A diferença entre as ordens oral e visual é que vai gerar as confusões que resultariam na incorreção gramatical. No entanto, é do interesse que mais do que essa diferenciação visual, a correção ou incorreção no modo de escrever uma língua iria provocar também uma diferenciação entre leitores, o que não ocorre numa sociedade oral. Aqueles indivíduos que não dominam a escrita e que por sua vez têm dificuldades com a leitura se sentem menos aptos a interagir socialmente dentro de uma sociedade baseada na cultura escrita.

Nesta interseção entre as culturas oral com a escrita, encontravam-se os pirineus languedocianos, uma população rural da região montanhosa da França, durante a segunda metade do século XIX. O antropólogo Daniel Fabre realizou importante estudo sobre essa comunidade, que à época recebia as primeiras influências da cultura letrada. Cultura que, aos poucos, viria a ser valorizada naquela região.

Segundo o etnólogo, por volta daquele período, quase todas as comunidades da França já eram providas de escolas, e eram cada vez mais freqüentadas. O arquivo local se apresentava como o órgão responsável pelos controles administrativos. Após a sua instalação, passaria a permear todas as relações sociais. À mesma época, a imprensa começou a circular, provocando uma separação entre letrados e iletrados. Ainda que estes fatos trouxessem uma diversidade para a vida social da comunidade – a presença de indivíduos que se comunicavam oralmente e aqueles que já possuíam o saber letrado –, mascaravam um fato capital em relação ao avanço dos costumes associados à escrita e à leitura:

Nessas sociedades, aquele que vai além do simples reconhecimento dos signos, depois da lenta decifração, torna-se um ‘ledor’, às vezes um possuidor de livros e distingue-se por isso, como se semelhante saber redobrasse ou até mesmo instaurasse a diferença social (Fabre, 1996, p.203).

Portanto, isto quer dizer que aqueles que sabiam ler ou desempenhavam funções necessariamente ligadas à escrita eram, por isso, considerados os eleitos da sociedade. O acesso às funções políticas locais havia ficado restrito aos

notários, curas, professores e comerciantes, todos estes com um denominador comum: decifravam o Código: “O senhor tinha o Código; ele fazia um pouco às vezes de advogado na casa do Juiz de Paz, em Belcaire. Ele não tinha feito estudos especiais, mas encomendou um Código. Quando tínhamos um caso, ele o lia e dava conselhos” (Fabre, 1996, p.203).

Este depoimento de um habitante da região dos Pirineus aponta para o crescente letramento da comunidade de Belcaire e a importância que era dada ao contato com o livro. Como relata Fabre, as pessoas que possuíam livros e conseguiam decifrar os Códigos existentes – o Código eleitoral, o Anuário da Comarca, a Gramática francesa etc. – se tornavam “prestigiosos leitores” (Fabre, 1996, p.204).

Mas não era somente o prestígio daqueles que eram alfabetizados e sabiam ler que ficava evidenciado nessa etnografia. Havia também sido construído um ritual em torno da prática de leitura de livros, que tornavam a sua contemplação uma atividade que se diferenciava das demais existentes, atraindo a sua presença nas casas e bibliotecas:

Como o livro vem da escola, toma-se um cuidado extremo com ele; é coberto de papel, ‘fechado’ no aparador do armário, enquanto almanaque, menos prestigioso, é simplesmente ‘posto na beira da chaminé’. O lugar do leitor é sempre o mais iluminado; contra o fogo, à noite, ou no vão da janela, quando há sol, senta-se na cadeira que lhe é reservada. (...) De fato, jamais lêem os livros da biblioteca em voz alta, mas acompanham sua leitura com um zumbido que intriga e impõe respeito (Fabre, 2004, p.206).

Este relato deve ser lido não somente como uma consequência do investimento da sociedade dos pirineus àquela época em relação à escrita e à leitura, mas também é relevante para compreender o papel que o livro passaria a desempenhar no seio daquela comunidade, como índice de contato de cada indivíduo com a cultura francesa. Não é à toa que os livros mais consultados pela comunidade eram os associados às leis e aos costumes franceses, assim como as gramáticas da língua, uma vez que o acesso ao texto escrito permitia àquela população uma maior condição de cidadania.

Neste primeiro capítulo, portanto, buscamos mergulhar no universo da escrita, condição para a produção do livro, para entender o porquê de até hoje se pensar o livro como um objeto central da cultura ocidental, como capaz de reter

a aura dos objetos originais, que existiam em um período anterior a esta capacidade atual da indústria cultural de reproduzir tecnicamente, quase que infinitamente, um mesmo original.

Como vimos, os escritos foram pouco a pouco adquirindo uma importância capital na sociedade ocidental. No próximo capítulo, dedicaremos nosso estudo à seguinte questão: por que os livros se tornaram um elemento sempre presente e importante nos desenvolvimentos sociais? Se, como diz Michel de Certeau, “a escrita faz a história”, como o livro passaria a ser não apenas objeto capaz de armazenar informações, mas sujeito das transformações sociais que ocorrem a partir da invenção da imprensa e da multiplicação dos escritos pela tipografia?